O Programa TEC NEP e sua implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

**Autor**

**Resumo**

O objetivo deste estudo foi avaliar a realidade em que se encontram os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEs) implantados no IFRN através do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Programa TEC NEP). Optou-se por uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa caracterizada como estudo de campo. Os dados foram obtidos a partir de informações coletadas de questionários respondidos por 13 (treze) coordenadores de NAPNEs de diferentes *campi* do IFRN e tratadas por meio da análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa demonstram que a criação do Programa TEC NEP significou um grande avanço para as políticas de inclusão no IFRN. No entanto, dificuldades, também foram apontadas.

**Palavras-chave:** Educação Profissional; Inclusão; Programa TEC NEP.

**The TEC NEP program and its implementation in Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte - IFRN**

**Abstract**

The objective of this study was to evaluate the reality in which lie the Service Centers for People with Special Educational Needs (NAPNEs) implanted in IFRN through the Education Program Technology and Professionalization for People with Special Educational Needs (TEC NEP Program). We opted for an exploratory research with a qualitative approach characterized as a field of study. Data were obtained from information collected from questionnaires answered by 13 (thirteen) NAPNEs coordinators from different campuses IFRN and treated by content analysis. The survey results show that the creation of the TEC NEP program meant a great step forward for inclusion policies in IFRN. However, participants also identified difficulties.

**Keywords:** Professional education; Inclusion; TEC NEP program**.**

**Introdução**

As pessoas com deficiência vêm conquistando, lentamente, seu espaço na sociedade, inclusive no mercado de trabalho. Para isto, se faz necessário que elas dominem os conhecimentos técnicos relacionado a ocupação pretendida. Buscando atender a profissionalização deste público, foi criado no ano de 2000 o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), no âmbito das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. O programa surgiu de uma parceria entre a Secretaria de Educação Profissional (SETEC) e a antiga Secretaria de Educação Especial (SEESP), hoje Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

O Programa TEC NEP foi criado com o objetivo de incluir pessoas com NEE (pessoas com deficiência, altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) nos cursos ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nas modalidades de formação inicial e continuada, técnico, tecnológico, licenciatura, bacharelado e pós-graduação. (PROGRAMA TEC NEP, 2000). O referido programa foi transformado em 2010 numa ação da SETEC/MEC, passando a ser denominado de Ação TEC NEP, entretanto, neste texto manteremos a nomenclatura original, Programa TEC NEC.

No escopo de suas ações, o Programa TEC NEP, visa a implantação de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que constitui-se num setor de referência institucional responsável por articular as ações internas voltadas para garantir a acessibilidade a essas pessoas, o desenvolvimento de uma cultura de respeito a diversidade e eliminação de barreiras visando o sucesso em sua formação profissional. (PROGRAMA TEC NEP, 2000).

Este estudo teve como objetivo avaliar como as diretrizes do programa TEC NEP estão sendo implementadas no IFRN, no sentido de garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência[[1]](#footnote-1). A escolha do tema deste estudo é justificada pela necessidade de se perceber como vem ocorrendo à inclusão de Pessoas com NEE no IFRN, identificando os fatores que influenciam de forma positiva e/ou negativa esse processo, podendo assim auxiliar no planejamento e na execução das ações que visem dar respostas às necessidades formativas das pessoas com deficiência no contexto da educação profissional.

**Formação Profissional das pessoas com deficiência: algumas notas**

Até o início do século XIX às pessoas com deficiência não tinham acesso à formação profissional, pois de acordo com Sassaki (2003), no contexto da época, empregar uma pessoa com deficiência era visto como crueldade e exploração. Segundo este autor estas crenças era resultado não apenas da ideologia protecionista para com as pessoas com deficiência, mas também pelo fato de que a medicina, a tecnologia e as ciências sociais desconheciam as possibilidades laborativas destas pessoas.

Passado a fase da exclusão, as empresas começaram a ofertar trabalhos às pessoas com deficiência para serem executados no interior das instituições filantrópicas, entre elas as oficinas protegidas[[2]](#footnote-2) de trabalho e, também do próprio domicílio (AMARAL, 1993). Essa oferta de trabalhos e não de emprego, estava relacionada a um sentimento paternalista e a certeza de lucro fácil por parte das empresas através do uso de mão de obra barata e sem vínculos empregatícios.

A qualificação profissional das pessoas com deficiência, bem como das minorias, se restringia as instituições filantrópicas, associações e ONG’s (JANNUZZI, 1994). A defesa pela profissionalização das pessoas com deficiência se intensificou principalmente na década de 80, na qual ocorreram debates e a elaboração de políticas internacionais voltadas para garantir os direitos sociais dos indivíduos com deficiência.

Outra mudança importante ocorreu após as duas guerras mundiais, em que muitos soldados voltaram mutilados, com deficiência, e passaram a ser vistos como pessoas anormais e improdutivas. Este fato impulsionou o desenvolvimento da reabilitação, devido à falta de mão de obra, por conta das guerras, e também, para garantir um trabalho remunerado e condições de vida digna para os soldados mutilados. É sabido que o trabalho representa um papel importante na estruturação do indivíduo, sendo determinante na formação da identidade pessoal e social, além da autoestima. Nesse sentido, a inclusão no mundo do trabalho, é fundamental para garantir a cidadania e o sentimento de pertencimento para qualquer pessoa.

No entanto, o que se observa é que além do estigma, às pessoas com deficiência têm sido excluídas do mercado de trabalho por outros motivos, como: falta de reabilitação física e profissional, falta de transporte acessível, falta de apoio da família, falta de escolaridade e falta de qualificação para o trabalho (SASSAKI, 2003). Sendo este último, um grande entrave para a obtenção de um emprego para as pessoas com deficiência.

Por isso, a necessidade premente de se expandir a Educação Profissional e Tecnológica para esse segmento da população, tornando-o apto tecnologicamente e ampliando seus conhecimentos e habilidades, como base para uma efetiva emancipação econômica e social. Uma das medidas para viabilizar o acesso das pessoas com deficiência a esta modalidade de ensino foi a criação o Programa TEC NEP como mencionado anteriormente.

Desta forma, o objeto do nosso estudo é o Programa TEC NEP enquanto proposta de expansão de educação e profissionalização no contexto das instituições da rede federal, em especial do IFRN, focalizando o acesso, permanência e a saída com sucesso dos alunos com deficiência.

**Metodologia**

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo, fizemos a opção de desenvolver uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa caracterizada como estudo de campo.

O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN, sendo aprovado pelo Parecer n. 704.315.

O *lócus* da pesquisa foram os NAPNEs no IFRN, que possui atualmente 19 campi distribuídos pelo Estado. Participaram do estudo 13 (Treze) Coordenadores dos NAPNEs dos diversos campi do IFRN.

A coleta de dados foi proveniente da análise documental e das informações dos questionários respondidos pelos participantes do estudo, tendo como referência o questionário já validado no estudo de Anjos (2006). Este era composto de 24 questões semi-abertas (questões com alternativas de respostas e com respostas livres), distribuídas em quatro temas principais que visavam à caracterização de cada *Campus* (03), seu histórico no Programa TEC NEP (04), os procedimentos que garantem o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência no IFRN (13), e também, 04 questões abertas, sendo três relacionadas a avaliação do Programa TEC NEP e uma para considerações gerais, caso o coordenador julgasse necessário.

Após a coleta dos dados, a fase seguinte da pesquisa foi a análise e interpretação das informações obtidas, o qual optamos por utilizar à análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

**Resultados e discussão**

Os resultados apresentados neste estudo foram descritos com base no recorte que julgamos relevantes para discussão dos dados neste estudo.

O Quadro 1 ilustra as informações sobre os participantes quanto a sua formação inicial e pós-graduação. Os informantes foram 13 (treze) coordenadores, citados anteriormente, que atuam em diferentes *campi* do IFRN.

**Quadro 1** – Caracterização dos coordenadores

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes** | **Formação Inicial** | **Pós-Graduação** |
| Coord. 1 | Letras – Espanhol | Especialização em Leitura e Produção de Texto |
| Coord. 2 | Psicologia | Mestrado em Psicologia |
| Coord. 3 | Pedagogia | Especialização em Leitura e Produção de Texto |
| Coord. 4 | Pedagogia | Mestrado em Serviço Social |
| Coord. 5 | Biblioteconomia | Mestrado em Ciências da Educação |
| Coord. 6 | Biblioteconomia | Especialização em Gestão Estratégica em Sistemas de Informação |
| Coord. 7 | Pedagogia | Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica |
| Coord. 8 | Ciências Biológicas – Licenciatura | Não informada |
| Coord. 9 | Enfermagem | Não informada |
| Coord. 10 | Psicologia | Mestrado em Psicologia |
| Coord. 11 | Psicologia | Mestrado em Psicologia |
| Coord. 12 | Letras – Inglês | Doutorado em Educação |
| Coord. 13 | Pedagogia | Especialização em Pedagogia Empresarial Estratégica |

**Fonte**: Arquivo próprio.

De acordo com os dados, percebe-se que todos os coordenadores possuem nível superior (no quadro de servidores do IFRN, há técnicos de nível fundamental, médio e superior). As suas formações são em diferentes áreas do conhecimento, sendo 4 (quatro) em Pedagogia, 3 (três) em Psicologia, 3 (três) em Licenciaturas, 2 (dois) em Biblioteconomia e 1 (um) em Enfermagem. Também, constata-se que a maioria possui pós-graduação strictu-sensu (cinco com Mestrado e um com Doutorado).

Em relação a criação dos NAPNEs, apesar de ter sido uma das diretrizes propostas pelo Programa TEC NEP desde o início de suas atividades no ano de 2000, podemos verificar que a implementação dos NAPNEs no IFRN é bem mais recente, conforme a figura1, abaixo:

**Figura 1 -** Número de campi que implantaram o Programa TEC NEP desde o ano de seu início até 2013

**Fonte**: Arquivo próprio.

Ressaltamos que antes da Lei de criação dos Institutos Federais no ano de 2008 (Lei nº 11.892), havia apenas dois campi no Estado: Natal Central e Mossoró. A partir de então, começa-se a fase de expansão e até o final de 2014 o IFRN possuía 19 unidades de ensino. Por isso, que neste intervalo entre os anos de 2000 a 2009 não houve nenhum núcleo implantado no IFRN.

Este aumento significativo no número de núcleos no ano de 2012 ocorreu devido à publicação da Portaria nº 1533 de 21 de maio de 2012, que institucionalizou o NAPNE no IFRN, em todos os seus *campi* e na Reitoria (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012).

Cabe ressaltar que embora os campi tenham o núcleo instituído, isso não é garantia de que os mesmos possuam um setor específico, em termos de estrutura física, e estejam atuando efetivamente para promover o atendimento aos alunos com NEE ou que façam parte do organograma do instituto, conforme destacado pelos participantes do estudo

A existência de serviços específicos de apoio aos alunos com deficiência foi um dos pontos do estudo de Guimarães (2011), que teve como objetivo identificar as ações inclusivas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) da cidade do Natal-RN para a permanência das pessoas com deficiência em cursos de graduação. A pesquisa foi realizada em quatro IES da cidade do Natal-RN, que possuíam mais de dez alunos com deficiência matriculados e ações desenvolvidas por estas instituições para a sua permanência. Os resultados do estudo apontaram que todas as instituições pesquisadas desenvolviam ações inclusivas, embora, de maneira esporádica e isolada de um contexto mais amplo. As ações estavam atreladas as necessidades apresentadas pela demanda de alunos com deficiência matriculada e das solicitações realizadas pelos mesmos e/ou profissionais envolvidos no processo. Desta forma, a autora pode concluir que havia sim a existência de iniciativas quanto às questões da acessibilidade, no entanto, restrita apenas a alguns setores das instituições, além da existência de serviços específicos de apoio aos alunos com deficiência e a escassez de uma Política de Inclusão Institucional voltada para o desenvolvimento de ações inclusivas de maneira contínua e efetiva. Situação semelhante a encontrada no IFRN.

Os Coordenadores reconhecem a importância do Programa, mas pontuam que é preciso que haja as condições necessárias para executar as ações. Para isto, se faz necessário ter uma equipe multiprofissional, espaço físico, formação continuada, enfim, ter o apoio da gestão máxima do IFRN, bem como dos diretores gerais de cada campus. E que a inclusão de alunos com deficiência seja uma política da instituição e não apenas dos NAPNEs.

Um dos pontos dificultadores citados pelos coordenadores é a ausência de alunos com deficiência matriculados no IFRN. Dos 13 participantes apenas 6 afirmaram ter alunos com deficiência matriculados no campus. Segundo eles, um dos principais motivos para a ausência destes alunos é o fato de não possuir cotas no processo seletivo. Conforme se observa nas falas abaixo:

“As vagas são gerais, eles concorrem com todos” (Coord.1).

“A entrada dos alunos ocorre de forma normal, não tem cotas, e o único benefício é se for de escola pública que entra no sistema de cotas” (Coord.5).

“Não existe participação dessas pessoas? Ou eles participam do processo e não são aprovados” (Coord.9).

Os Coordenadores acreditam que o fato do IFRN não ter cota tem impedido às pessoas com deficiência de ingressarem no instituto, pois elas competem em igualdade com os demais candidatos. Estudos têm demonstrado que a existência das cotas para pessoas com deficiência favorece sim o acesso de mais alunos ao ensino superior, pois dá possibilidades para que estes alunos consigam competir em igualdade no processo seletivo (OLIVEIRA, 2011; MARTINS, 2012). Contudo, observa-se que as cotas não são a solução para a inclusão, pois, o fato de existir as cotas não é garantia de que os alunos com deficiência consigam ser aprovados no processo seletivo, já que eles são submetidos a uma avaliação contendo as mesmas perguntas que a dos demais candidatos, podendo apenas solicitar, caso necessite, gozar de condições especiais para a execução da prova. Conforme especifica o Aviso Circular 277:

- utilização de textos ampliados, lupas ou outros recursos ópticos especiais para as pessoas com visão subnormal/reduzida;

- utilização de recursos e equipamentos específicos para cegos: provas orais e/ou em Braille, sorobã, máquina de datilografia comum ou Perkins/Braille, DOS VOX adaptado ao computador.

- colocação de intérprete no caso de Língua de Sinais no processo de avaliação dos candidatos surdos;

- flexibilidade nos critérios de correção da redação e das provas discursivas dos candidatos portadores de deficiência auditiva, dando relevância ao aspecto semântico da mensagem sobre o aspecto formal e/ou adoção de outros mecanismos de avaliação da sua linguagem em substituição a prova de redação.

- adaptação de espaços físicos, mobiliário e equipamentos para candidatos portadores de deficiência física;

- utilização de provas orais ou uso de computadores e outros equipamentos pelo portador de deficiência física com comprometimento dos membros superiores;

- ampliação do tempo determinado para a execução das provas de acordo com o grau de comprometimento do candidato;

- criação de um mecanismo que identifique a deficiência da qual o candidato é portador, de forma que a comissão do vestibular possa adotar critérios de avaliação compatíveis com as características inerentes a essas pessoas (BRASIL, 1996, s/p.).

Tais condições foram apontadas em diversos instrumentos legais (BRASIL, 1996; 1999; 2005). Em 2015, com a publicação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei n. 13. 146, define que:

Art. 30.  Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras (BRASIL, 2015, p.8).

A inclusão na verdade envolve diversos fatores, como a qualidade da educação básica, a estrutura das escolas, a formação dos professores, o transporte, entre outros e não apenas ações afirmativas[[3]](#footnote-3).

Outro fator apontado para o baixo número de alunos com deficiência no IFRN, além da ausência das cotas, seria justamente pela desinformação sobre as condições oferecidas pela instituição para o ingresso e permanência deste aluno. Desta forma, eles sugerem que uma divulgação mais expressiva sobre a existência e atuação do NAPNE faria com que houvesse um número maior de alunos com deficiência inscritos nos processos seletivos. Todavia, observou-se que dos Coordenadores pesquisados, apenas 1(um) afirmou que o campus faz a divulgação do processo seletivo direcionado para o ingresso de alunos com deficiência.

Certamente que fazer uma divulgação direcionada as pessoas com deficiências é uma ação válida, principalmente se trabalhar em conjunto com as secretarias de educação, as instituições de apoio e/ou atendimento a pessoas com deficiência, a fim de divulgar a existência do núcleo e os serviços ofertados. Contudo, se analisarmos os dados do Censo Escolar de 2012 (BRASIL, 2012) veremos que foram matriculados no ano de 2012, 8.37.852[[4]](#footnote-4) alunos no Ensino Médio regular e 1.063.655 alunos na educação profissional[[5]](#footnote-5), destes 42.499 alunos com deficiência ingressaram no Ensino Médio Regular e apenas 1.659 na educação profissional.

Com isto, vemos que os alunos com deficiência têm ingressado cada vez mais nas escolas, tanto que um número significativo estava matriculado no Ensino Médio no ano de 2012. No entanto, o número baixo de matricula na educação profissional pode estar atrelado a outras questões, como a importância que este público concebe a inclusão no mercado de trabalho; a falta de conhecimentos básicos, que comprometem a aprovação nos processos seletivos; e quando conseguem ingressar (seja através das cotas ou do processo seletivo convencional), muitas vezes não possuem o nível de conhecimento exigido pelo curso o que impossibilita sua permanência na instituição; entre outras possibilidades. Portanto, não podemos estabelecer um único motivo para a exclusão das pessoas com deficiência da educação profissional, contudo é preciso que haja políticas públicas que visem mudar esta situação.

Além das políticas públicas, o que poderia agregar também a inclusão no IFRN seria a colaboração de instituições parceiras e de colaboradores, por entender que o apoio de outros órgãos é de fundamental importância para que as ações propostas no Programa sejam colocadas em práticas. Uma vez que a experiência acumulada dos outros atores sociais (sistema público de Estados e Municípios, instituições privadas sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, organizações representativas de segmentos das pessoas com deficiência, Sistema S, instituições de ensino superior, empresas e cooperativas) no atendimento as pessoas com NEE, colaborariam com o processo de preparação de uma instituição inclusiva.

Nessa perspectiva as instituições parceiras passariam a desempenhar um papel importante de apoio e suporte no que se refere às NEE por meio de trocas inter e transdisciplinares, de cooperação para a elaboração de projetos, de orientação para adaptações e complementações curriculares, proporcionando, dessa forma, o acesso desses alunos ao conhecimento.

Apesar dos esforços do IFRN, ficou nítida a necessidade de se estabelecer parcerias com outras instituições, principalmente neste momento de implementação dos NAPNEs em que não se dispõe de profissionais com conhecimentos específicos na área de inclusão, e como estas instituições possuem *know-how* nesta área certamente iriam agregar conhecimentos.

Todavia, é importante salientar que estas parcerias seriam para colaborar com o trabalho a ser desenvolvido pelo instituto, na figura do NAPNE, e não no sentido de transferir as responsabilidades que cabe ao IFRN para os seus parceiros.

As únicas ações desenvolvidas pelo NAPNE com instituições externas foi o desenvolvimento de cursos de formação continuada para docentes da rede municipal de ensino, a pedido das Secretarias de educação. Apesar da relevância deste trabalho, observa-se que estas ações são pontuais e esporádicas, com foco apenas na formação docente e que constituem como atividades de extensão e não como parcerias.

Os campi poderiam buscar parcerias com as instituições de atendimento a pessoa com deficiência da região, a fim de ter um suporte além da equipe multiprofissional do campus. O que possibilitaria também uma maior divulgação das condições de acesso ao IFRN e das ações do NAPNE.

Faz-se necessário, também o estabelecimento de parcerias voltadas para o mercado de trabalho, no qual o aluno com deficiência tivesse a oportunidade de estagiar, e assim ter a possibilidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos na sua formação. Além de propiciar uma vivência prática do cotidiano de uma empresa. Desta forma, o aluno teria mais visibilidade e facilitaria a colocação destes alunos no mercado de trabalho. As próprias empresas que receberem os estagiários poderiam contratar aqueles que mais destacassem, mostrando assim as demais empresas, que a deficiência não limita a capacidade laborativa destas pessoas.

Somado a isto, este tipo de ação é de fundamental importância, pois, possibilita que as empresas conheçam de fato as potencialidades das pessoas com deficiência e a convivência pode contribuir para a desmistificação de mitos e estereótipos à medida que se percebe suas habilidades e competências. De acordo com Tanaka e Manzini (2005) os empregadores acreditam no potencial da pessoa com deficiência, no entanto, nota-se que o discurso continua impregnado de elementos que localizam a deficiência no próprio indivíduo. Além de pensarem que a participação das pessoas com deficiência num trabalho somente poderá ocorrer se elas tiverem algum tipo de apoio para a sua execução ou, então, se esse trabalho for adaptado de acordo com as suas necessidades (TANAKA; MANZINI, 2005). Isto demostra que embora os empregadores tentem incorporar uma visão diferente em relação ao trabalho de pessoas com deficiência, eles ainda limitam a capacidade destas pessoas, empregando-as em funções de natureza mais simples ou que exigem pouca qualificação profissional.

Para isto, é preciso que o IFRN ofereça condições de que os alunos com deficiência possam adquirir os conhecimentos necessários para a prática laboral. Stainback & Stainback (1999) ressalta que para uma instituição de ensino ser inclusiva é preciso que haja uma reforma, reestruturação e renovação das mesmas; e isto só é possível se houver um esforço conjunto dos diretores, professores, pais e alunos. A instituição de ensino, por sua vez, precisa abrir suas portas à comunidade, a fim de ampliar o espaço de participação e estabelecer uma relação mais igualitária. Pois, só com o estabelecimento de uma relação nesse nível é que as propostas educacionais, especificamente aquelas voltada para as pessoas com NEE, relativas à formação de cidadãos, poderão se concretizar.

Outra ação seria à aquisição de equipamentos pelos NAPNEs, no qual a maioria dos Coordenadores (77%) afirmou não ter adquirido nenhum equipamento para auxiliar os alunos com deficiência. Apenas 3 (três) Coordenadores (23%) afirmaram ter adquirido ou ter incluído algum tipo de equipamento no planejamento para aquisição no ano seguinte. Entre os equipamentos estão: lupas, scanner de voz, placas em Braille para sinalizar o campus, livros e revistas em Braille e cadeiras de rodas. Atualmente apenas o Campus Natal-Central dispõe de alguns destes equipamentos para atender todo o IFRN.

Estes equipamentos e dispositivos fazem parte de um conjunto de artefatos que contribuem para promover uma vida mais independente, com mais qualidade e possibilidade de inclusão social, denominada de Tecnologia Assistiva - TA (SONZA, 2012). Segundo a autora, o uso das tecnologias assistivas possibilita ampliar a comunicação, a mobilidade, o controle do ambiente, as possibilidades de aprendizado, trabalho e integração na vida familiar, com os amigos em à sociedade em geral.

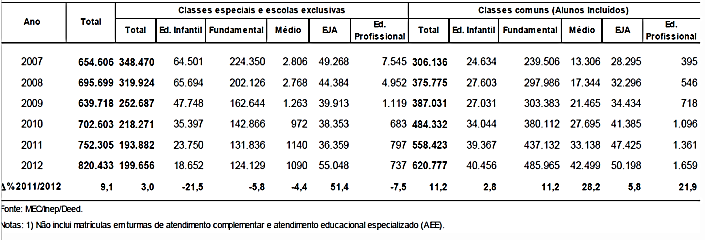
Na perspectiva da educação inclusiva, as tecnologias assistivas visam favorecer a participação do aluno com deficiência nas diversas atividades do cotidiano escolar. Podemos citar como exemplos de TA no âmbito das instituições educacionais: os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização, sinalização, mobiliário, entre outros (GALVÃO FILHO; MIRANDA, 2012).

Em relação à estrutura física, como a maioria dos campi (87%) foi construída recentemente, eles já atendem alguns requisitos de acessibilidade (banheiro adaptado, piso tátil, rampas), conforme a Lei 10.098/2000 e o Decreto 5.296/2004, e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT 9050 NBR), que estabelecem critérios e parâmetros técnicos a serem observados na construção, instalação e adaptações de edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos, a fim de proporcionar a utilização autônoma e segura destes espaços, independente de idade, estrutura ou limitação de mobilidade ou percepção (BRASIL, 2000; 2004; ABNT 9050).

Os demais campi (15%) estão se adequando, e os dados apontam modificações nos seguintes aspectos: eliminação das barreiras arquitetônicas, reserva de vagas no estacionamento (vagas preferenciais), remoção dos desníveis existentes, adaptação nos móveis, como o balcão da biblioteca, sinalização do Campus em Braille, entre outras.

As políticas educacionais inclusivas têm demonstrado resultados significativos quando analisamos o crescimento no número de matrículas de pessoas com deficiência na educação profissional, assim como nos demais níveis de ensino, conforme mostra a Tabela 1 abaixo:

**Tabela 1** – Número de matrículas da Educação Especial por etapa Brasil – 2007-2012



**Fonte:** BRASIL (2012).

Apesar do crescente número de alunos com deficiência matriculados nessa modalidade de ensino, esse número ainda é pequeno, se comparado com as matrículas realizadas nas demais modalidades de ensino.

Os percentuais de crescimento demonstram uma evolução no número de matrículas das pessoas com NEE no Brasil, com destaque para o aumento expressivo na última década, passando de 395 para 1.650 alunos em um período de 5 anos. Esses dados revelam que as políticas inclusivas têm possibilitado um acesso maior das pessoas com NEE ao ensino regular e, consequentemente, à educação profissional.

É importante salientar que estas matrículas têm sido possibilitadas em função de todo um trabalho de conscientização amparado na legislação vigente que visa garantir o acesso e permanência deste alunado; dos editais acessíveis; das adaptações nas provas; entre outros aspectos.

Não obstante, as ações em torno da permanência destes alunos ainda estão em processo, por depender de vários fatores, como a quebra de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e da sua origem na diversidade humana.

No IFRN, quando questionados se haveria dificuldades de permanência dos alunos com deficiência no campus, verificou-se que 62% dos Coordenadores afirmaram que não havia dificuldades, 30% não responderam à questão e apenas 8% dos Coordenadores afirmaram que há dificuldades para este aluno permanecer no campus. Embora, não souberam informar quais seriam estas dificuldades.

Quando se fala em permanência do aluno, nos referimos aos subsídios que garantam condições adequadas para a conclusão com sucesso do curso. Castro (2011), em seu estudo sobre ingresso e permanência de alunos com deficiência nas universidades públicas brasileiras concluiu que as universidades têm desenvolvido ações para a permanência e participação dos alunos com deficiência, mas ainda são insuficientes. Pereira (2007) ressalta que para garantir a permanência dos alunos com deficiência nas instituições de ensino é preciso investimento político, financeiro e pedagógico, entre outros.

Em relação ao financiamento do Programa TEC NEP, dos 13 campi participantes, apenas 1 (um) coordenador relatou ter recebido recursos, mas ressaltou que o mesmo ficou sob a responsabilidade da coordenação geral do NAPNE do IFRN. Constata-se a falta de informação dos coordenadores em relação ao programa, uma vez que são previstos recursos para os núcleos. No caso dos NAPNEs do IFRN, cada núcleo é autônomo e independente um do outro, desta forma, não há como um único núcleo ficar responsável por administrar todo recurso.

De acordo com os coordenadores, desde a implementação dos núcleos nos campi, nenhum recurso específico para este fim foi repassado. Tanto que foram orientados a incluírem no planejamento anual de cada campus, a aquisição de móveis e equipamentos. O documento orientador do Programa TEC NEP estabelece que é necessário que haja uma infra-estrutura básica para a instalação do núcleo, que deve ser um local com acessibilidade física e além de dispor de fone/fax, microcomputador com softwares falantes e impressora (convencional e Braille) e uma mesa de reuniões. Embora não apareça em nenhum dos documentos orientadores do programa como isto seria financiado. Apenas se menciona no documento que traz os resultados parciais de 2006, a informação de que a SETEC repassou entre os meses de março a dezembro de 2006 a quantia de R$ 5.000,00 para a implantação/implementação dos NAPNEs (BRASIL, 2006). A SETEC também descentralizou recursos para a construção dos seis Centros de Treinamento de Cães- Guia, na ordem de R$ 3.000.000,00 para cada um (BRASIL, 2013).

Outra forma de se adquirir recursos para as ações do núcleo seria através da submissão de projetos a editais publicados por agências de fomento, bem como pela disposição da gestão local.

Vale ressaltar que estes recursos chegam às instituições federais, no entanto o orçamento vai depender do quantitativo de alunos matriculados, e no caso dos institutos federais, da quantidade de campi existentes no Estado. Por ser uma instituição multicampi muitas vezes na divisão o quantitativo se torna menor, o que necessita de uma política institucional que garanta verba para que todos os campi possam atender a suas demandas.

É de suma importância que haja um orçamento geral e que seja do conhecimento de todos os coordenadores, e mesmo que não seja distribuído de forma igualitária, mas que cada núcleo tenha autonomia para executar seu próprio planejamento. Ressalta-se apenas que é importante priorizar pelo menos um quantitativo para gerar uma formação continuada no grupo, uma vez que nem sempre é possível realizá-la apenas com os servidores da instituição, uma vez que a educação especial/inclusiva é uma área recente, as demandas existentes não são tradicionais dentro da instituição; além de possibilitar visitas técnicas, apresentar trabalhos em eventos, promover eventos sobre a temática para os servidores e a comunidade, aquisição de equipamentos, entre outros.

Além do recurso financeiro, outras dificuldades que foram apontadas pelos coordenadores foram: Recursos Humanos, Barreiras Atitudinais, Infraestrutura e Falta de experiência na área, seguidos pela dificuldade dos alunos com deficiência ingressarem na instituição, o desconhecimento do Programa TEC NEP e a ausência de diretrizes das instâncias superiores em relação às políticas no Campus.

Estes mesmos problemas, também foram citados nos estudos de Anjos (2006); Mota (2008); Rosa (2011); entre outros; que constataram as dificuldades para implementação e consolidação da inclusão na educação profissional, devido a fatores que vão além do acesso e das barreiras arquitetônica, perpassando pelo pouco envolvimento da administração nos temas relacionados à inclusão. Segundo Rosa (2011) tudo isto é consequência do não cumprimento da legislação que garante os direitos das pessoas com deficiência, como falta de vontade política para implementação e consolidação do Programa TECNEP.

Para Rosa (2011) estes resultados evidenciam que os núcleos têm sido criados apenas por força da lei, mas sem as condições necessárias para seu pleno funcionamento, causando assim uma precariedade nas condições de trabalho dos NAPNEs, que apresentavam problemas de infraestrutura física, falta de recursos materiais, recursos humanos, financeiros, dentre outros. Na visão dele, estas necessidades deveriam ser supridas pelo Estado e pela gestão local das escolas da Rede.

Em nosso estudo, apesar de todas as dificuldades relatadas para a implementação dos NAPNEs, os Coordenadores reconhecem o valor do programa, enquanto proposta para o ingresso de pessoas com deficiência no IFRN, uma vez que tem possibilitado mudanças significativas, como a quebra de barreiras arquitetônicas e de preconceitos, a conscientização e a mudança da cultura interna, a pesquisa e a produção de tecnologia assistiva, a aproximação com a comunidade, a concretização de parcerias importantes firmadas, as trocas de experiências e o trabalho inclusivo de alguns profissionais.

Como sugestões para melhorar o Programa TEC NEP, os participantes apontaram algumas propostas, principalmente com foco na execução do programa, de forma a institucionalizar o Programa no IFRN. Uma das sugestões é o desenvolvimento de ações sistêmicas, para que haja uma maior integração entre os Coordenadores, tendo em vista que uma atividade comum possibilitaria uma maior troca de experiência entre eles (Coord. 1).

Outras sugestões citadas dizem respeito capacitação dos envolvidos com o Programa TECNEP, a nível estadual e nacional para que além da troca de experiência entre as diversas instituições da Rede possam também articular políticas públicas eficazes (Coord. 7). O Coordenador 3 citou a provisão de dotação orçamentária própria nas instituições, para que os recursos não fiquem restritos ao Campus Natal Central.

**Considerações finais**

O Programa TEC NEP surge na perspectiva de viabilizar o direito das pessoas com necessidades específicas à Educação e mais especificamente, à Educação Profissional e Tecnológica, por entender a importância da inclusão sócio-laboral. Rompendo assim com os antigos paradigmas e estigmas que acompanhavam às pessoas com deficiências. Tanto que o intuito do programa era constituir centros de referência para a implantação, implementação e expansão da oferta de educação profissional e tecnológica, acesso e permanência das pessoas com NEE no mundo produtivo.

Não se pode negar a relevância do Programa TEC NEP, uma vez que abriu um leque de possibilidades para as pessoas com NEE e conseguiu colocar em pauta discussões sobre o tema educação inclusiva nas instituições da Rede Federal. Possibilitou também mudanças significativas e que vão além das barreiras físicas.

Apesar dos avanços, algumas dificuldades têm prejudicado o desenvolvimento do trabalho dos NAPNEs, como o número reduzido de matrículas de pessoas com deficiência, que pode estar atrelada a dificuldade de acesso, já que o ingresso ocorre por processo seletivo e o IFRN ainda não possuem cotas para atender a estes alunos.

A falta de estrutura física, material, recursos humanos e financeiros, também foram citados como barreiras à implementação e atuação dos núcleos. Além da falta de institucionalização dos NAPNEs, pois apesar de todos os campi já possuírem o núcleo, muitos não tem atuado como deveriam.

Após a análise dos pontos positivos e dos que precisam ser melhorados, destacamos as sugestões dadas pelos Coordenadores dos NAPNEs para que a política de inclusão da Rede Federal seja implementada com sucesso. Algumas das sugestões estão relacionadas a efetivação da política de inclusão na rede de educação profissional, ao trabalho conjunto, a valorização dos NAPNEs e dos profissionais nele envolvidos, a oferta cursos de capacitação para docentes e servidores, bem como a contratação de profissionais qualificados para atuar junto a alunos com deficiência.

Desta forma, concluímos que o Programa TEC NEP carece de maior atenção por parte dos gestores para que responda adequadamente as demandas da sociedade, devendo rever os procedimentos políticos e pedagógicos adotados para que de fato o Programa TEC NEP cumpra seu objetivo.

**Referências**

AINSCOW, Mel. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada?. In: FÁVERO, Osmar et al (Orgs.). *Tornar a educação inclusiva*. Brasília: UNESCO, 2009. p. 11-23.

AMARAL, Lígia A. Falando sobre o trabalho da pessoa portadora de deficiência. In: *A questão do trabalho e a pessoa portadora de deficiência.* São Paulo: REINTEGRA, 1993. 22p. apost.

ANJOS, Isa Regina Santos dos. *Programa TEC NEP:* avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva. 2006. 91 f. Dissertação – Curso de Mestrado em Educação Especial, Centro de Educação e ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4199>. Acesso em: fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Programa TECNEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais.*Brasília, DF, 2000.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Censo Escolar 2012.* Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em fev. 2016.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação**.** *Implementação do Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas Com Necessidades Educacionais Especiais:*resultados parciais 2006. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação**.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica*. Políticas de inclusão de pessoas com deficiência na rede federal de educação profissional e tecnológica:*Relatório das ações de Inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas realizadas no período de 1999 a 2013. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_\_\_. *Decreto nº 3.298,* de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: fev. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.296,* de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: fev. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.626,* de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: fev. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.098,* de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: fev. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: fev. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.146*, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: fev. 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. *Aviso Circular nº 277.*Brasília: MEC/GM, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

CASTRO, Sabrina Fernandes de**.***Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras.* 2011. 245 f. Tese - Curso de Doutorado em Educação Especial, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4149>

Acesso em: fev. 2016.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Tecnologia assistiva e salas de recursos: análise crítica de um modelo. In.: GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; MIRANDA, Theresinha Guimarães (Orgs.). *O professor e a educação inclusiva:* formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 247 – 266.

GUIMARÃES, Clarisse Ferreira**.** *Ações inclusivas para a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior:* um estudo em IES de Natal-RN. 2011. 131f. Dissertação - Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <http://www.ppged.ufrn.br/arquivos/teses_dissertacoes/dissertacoes%20-%202011/CLARICE%20FERREIRA%20GUIMARAES%20DIOGENES.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE*. Portaria n.º 1533 de 21 de maio de 2012*. Cria os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNES) no IFRN. Natal, 2012.

JANNUZZI, G.S.M. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.* Campinas: Autores Associados, 1994. 123p.

MARTINS, Viviane da Silva Braga. *O REUNI na UFMA e o favorecimento do acesso de alunos com deficiência ao ensino superior:* questões para reflexão. 2012. 111 f. Dissertação – Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís. Disponível em: <http://www.tedebc.ufma.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=813>. Acesso em: fev. 2016.

MOTA, R.M.S *A educação especial no ensino profissionalizante das escolas agrotécnicas federais:* possibilidade de inclusão. 2008. 126 f. Dissertação – Curso de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/07/Ros%C3%A2ngela-Maria-de-Sales-Mota.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

NORMA BRASILEIRA - *ABNT NBR 9050* - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Segunda edição 31.05.2004 Número de referência - ABNT NBR 9050:2004. 97 páginas.

OLIVEIRA, Antônia Soares Silveira e. *Alunos com deficiência no ensino superior***:** subsídios para a política de inclusão da UNIMONTES. 2001. 174 f. Tese - Curso de Doutorado em Educação Especial, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3962>. Acesso em: fev. 2016.

OLIVEN, Arabela Campos. *Ações afirmativas, relações raciais e políticas de cotas nas universidades:* uma concepção entre os Estados Unidos e o Brasil. Educação, v. 30, n. 1, p. 29 – 51, jan. /abr. 2007. Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/pucrs_artigo_2007_ACOliven.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

PEREIRA, Marilú Mourão. *Inclusão e universidade***:** análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. 2007. 201 f. Dissertação – Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14671/000658671.pdf?sequence=1>. Acesso em: fev. 2016.

ROSA, V.F. *Políticas públicas educacionais, direitos sociais e democratização do acesso à escola:*uma visão à partir da implantação da ação TECNEP na Rede Federal de Educação Tecnológica. 2011.137f. Tese – Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104822/rosa_vf_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: fev. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão:* construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003. 174 p.

SONZA, Andréa Poletto (org.). *Acessibilidade e tecnologia assistiva:* pensando a inclusão sociodigital de PNEs. Brasília: SETEC/MEC, 2012. 368 p.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. *Inclusão:* um guia para educadores. trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 451p.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J*. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência?*. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 11, n. 2, p. 273-294, mai./ ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200008>. Acesso em: fev. 2016.

1. Segundo Ainscow (2009) *acesso* e permanência podem ser entendidos como a presença, a participação e a realização do estudante. Reconhecendo o direito a uma educação mais ampla e o apoio apropriado para que o estudante possa frequentar e relacionar-se com a comunidade acadêmica, com reconhecimento de igualdade de direitos. [↑](#footnote-ref-1)
2. Oficinas abrigadas ou protegidas situadas em instituições especiais proporcionavam atividades consideradas profissionalizantes, remuneradas ou não, com o objetivo de incluir socialmente as pessoas com deficiência através do trabalho (AMARAL, 1993). [↑](#footnote-ref-2)
3. “A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança” (OLIVEN, 2014a, p.30). [↑](#footnote-ref-3)
4. Segundo o INEP, estão incluídas as matrículas no ensino médio integrado à educação profissional e no ensino médio normal/magistério (BRASIL, 2012). [↑](#footnote-ref-4)
5. Segundo o INEP, estes dados da Educação profissional não incluem as matrículas de educação profissional integrada ao ensino médio, modalidade ofertada pelo IFRN (BRASIL, 2012). [↑](#footnote-ref-5)